

INFÂNCIA DIASPÓRICA EM *UM DEFEITO DE COR*

Maria Aparecida Cruz de Oliveira (UnB)

Regina Dalcastagnè (UnB)

Resumo: Mas, afinal, quais deslocamentos crianças negras (africanas) poderiam realizar no século XIX? E o que motivaria esses trânsitos? Como classificar essas mobilidades, lembrando que as personagens não se enquadram aos “vagabundos” ou tão pouco aos turistas de Bauman (1999)? O fato é que, em *Um defeito de cor*, as crianças passam por diversos tipos de deslocamentos: viagem, diáspora, caminhada, migração e, ao que esclarece a narrativa, nem sempre se trata de deslocamentos voluntários. Desse modo, este trabalho propõe-se a identificar os tipos de deslocamentos espaciais atribuídos às personagens infantis do romance *Um defeito de cor* (2003), de Ana Maria Gonçalves, bem como compreender como são apresentadas suas experiências de deslocamentos; e verificar como a infância de crianças em trânsito é idealizada na narrativa, se foge ou não de uma idealização romântica. Assim, para efetivar a construção dessas análises, a ideia é partir dos pressupostos trazidos pelos teóricos que estudam a mobilidade e dos posicionamentos enunciativos pós-colonial, de fronteira, liminar e de entre-lugar como: Gilroy, (2001), Hall, (1999), (2006); Mignolo (2003); Braga e Gonçalves (2015); Duarte (1998), Said (2003) entre outros. Tudo isso, para verificamos o deslocamento estético dessa literatura contemporânea em relação ao pensamento eurocêntrico.

Palavras-chave: Deslocamentos. Infância. Literatura diaspórica. Ana Maria Gonçalves.

Deslocar para criar – Onde tudo começou...

A criação do romance *Um defeito de cor* (2003) nasceu numa situação de deslocamento. A narrativa é consequência de uma experiência de trânsito da autora. Tudo começa numa livraria quando Ana Maria Gonçalves, ao procurar guias de viagem de Cuba, descobre o *Bahia de Todos os Santos, guia de ruas e mistérios* do escritor Jorge Amado. De imediato, a leitura do prefácio intitulado “Convite”, entre outras páginas do livro foram suficientes para a tomada de decisão: morar na Bahia para escrever um romance sobre os Malês (escravos mulçumanos referidos no guia). Depois de muitas pesquisas no litoral baiano, a autora desiste de escrever, pois conclui não haver mais nada

de novo para falar dos malês. A reviravolta ocorre no momento em que Ana Maria Gonçalves encontra, nas mãos de uma criança, um documento escrito em português antigo que conta a história de uma escrava especial – a trajetória de deslocamentos da menina Kehinde. Essas são as informações que encontramos no prefácio da obra que logo nos fazem pensar sobre a riqueza histórica do texto, no entanto, essas informações são ficcionais e não são documentos reais. O fato demonstra a falta de registro da história do negro no Brasil e como a literatura vem de alguma forma suprir essa necessidade que temos que construir a história apagada da população negra brasileira.¹ Para tanto, a autora deslocou-se de um pensamento eurocêntrico para pensar por meio de uma epistemologia africana/afro-brasileira.

É nesse deslocamento que nasceu *Um defeito de cor*, e é com base nele que sua narrativa é constituída. Nesse sentido, busco identificar, na trama em questão, os tipos de trânsitos/deslocamentos realizados pelas crianças do romance, com foco nos deslocamentos da protagonista, para então verificar se eles sugerem a figuração de uma infância não romantizada.

Os Deslocamentos de Kehinde

Mas, afinal, quais deslocamentos uma criança negra (africana) poderia realizar no século XIX? E o que motivaria esses trânsitos? Como classificar essas mobilidades, lembrando que a personagem não se enquadra aos “vagabundos” ou tão pouco aos turistas de Bauman² (1999)?

O fato é que, em *Um defeito de cor*, as crianças passam por diversos tipos de deslocamentos: viagem, diáspora, caminhada, migração e, ao que esclarece a narrativa, nem sempre se trata de deslocamentos voluntários:

Muitas crianças não estavam acompanhadas de pai ou mãe, ou porque tinham viajado sozinhas, menos provável, ou porque ficaram órfãs durante a viagem, ou tinham sido separadas da família por compradores

¹ A autora declarou em conferência da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) que o diário escrito pela escrava Kehinde que até então estava guardado na Igreja do Sacramento, na vila de Itaparica-BA que serviram para uma criança desenhar até a autora tomar conhecimento desse registro histórico (GONÇALVES, 2010, p.15) faz parte da sua criação ficcional.

² “Os vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente inóspito. Os turistas viajam porque querem; os vagabundos porque não têm outra opção suportável. Pode-se dizer que os vagabundos são turistas involuntários; mas a noção de “turista involuntário” é uma contradição em termos. Por mais que a estratégia do turista possa ser uma necessidade num mundo marcado por muros e estradas móveis, a liberdade de escolha é a carne e o sangue do turista” (BAUMAN, 1999, p. 101).

que se interessavam somente por crianças (GONÇALVES, 2010, p. 69).

Embora em destaque, a diáspora não é a primeira mobilidade significativa da protagonista, porém é a mais elementar para o desdobramento da trama. É na viagem forçada da cidade africana, Uidá, ao Brasil que a narrativa é impulsionada e a protagonista ganha força de criação. A obra de Ana Maria Gonçalves pode ser chamada de “Literatura diaspórica”, não apenas por abordar a mobilidade no romance ou conter um imaginário diaspórico, mas também por conter alguns aspectos como os apresentados por Braga e Gonçalves (2015, p. 4), os quais trazem uma lista proferida por Robin Cohen (1999) em “*Diaspora and the Nation-State*” das características comuns à diáspora ou às narrativas diaspóricas. Dentre os nove pontos apresentados, a situação diaspórica da protagonista de *Um defeito de cor* parece se adequar em sete, os quais este trabalho se propõe a explorar.

O trânsito diaspórico de Kehinde, de imediato, se encaixa no primeiro ponto: “dispersão iniciada em uma terra natal original de forma traumática” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4). Elementos para caracterizar a dispersão da protagonista em um evento traumático são abundantes. A criança foi sequestrada para ser vendida como escrava; jogada em um porão de navio para uma longa viagem, em condições precárias, sujeita a privações (falta de comida, péssima higiene, sem privacidade); presenciou maus-tratos, doenças e morte dos companheiros de viagem; testemunhou a morte da irmã gêmea Taiwo e da avó. Como resumidamente apresento nas seguintes passagens:

- A captura das irmãs ibêjis³:

Eu e a Taiwo gritamos e tentamos fugir, mas ele era muito mais forte do que qualquer tentativa, e ninguém nos defendeu. Fomos então levadas para o forte e colocadas dentro de um barracão muito grande, onde já havia várias pessoas sentadas ou deitadas no chão. Quando entramos, quase ninguém olhou para nós, demonstrando pouco interesse pelo que estava acontecendo, como se aquela situação fosse normal. O guarda nos empurrou para dentro e ficou parado na porta com a lança em posição que poderia ser tanto de ataque como de defesa, e apontou um canto onde estavam as mulheres. Antes de sair, disse a elas para cuidarem muito bem de nós duas porque éramos ibêjis, para presentes (GONÇALVES, 2010, p. 38)

- A insalubridade do navio:

Três deles haviam morrido e ainda não tinham sido retirados, estavam em um canto, cobertos com uma antiga vela de navio, e que logo o cheiro começaria a incomodar ainda mais. Como se já não incomodasse, como se fosse possível respirar bem em um ambiente

³ Ibêji: Assim são chamados os gêmeos entre os povos iorubás (GONÇALVES, 2010, p. 19).

onde, sabe-se lá há quanto tempo, acumulavam-se os cheiros de sangue, de urina e de merda (GONÇALVES, 2010, p. 40-41).

- A fome e a sede no Navio:

Ainda naqueles dias abriram a portinhola e mandaram que nós sentássemos o mais junto possível da parede do navio. Era difícil nos mexermos, e os guardas se aborreceram, gritando se não quiséssemos comida era para avisar, porque eles não dispunham do dia todo, tinha mais o que fazer além de dar comida a preto. Usamos o chicote e todas as línguas que conheciam para que entendêssemos. Talvez tivessem nos deixado tantos dias sem comer para que, mesmo com raiva, ficássemos suficientemente fracos para reagir. Estávamos com fome bastante para evitar qualquer problema que adiasse ainda mais a distribuição da comida que era carne salgada, farinha e feijão. Cada um recebeu a sua parte em cumbucas de casca de coco, e foram distribuídas algumas vasilhas de água que passaram de mão em mão e não foram suficientes nem para a metade de nós, tamanha a sede. (GONÇALVES, 2010, p. 51)

Ao que parece, a insalubridade no navio se constitui como o elemento mais intenso para constituir o trauma. Reiteradamente a narradora se refere às dificuldades de urinar no navio; à indiferença dos negros que já não se davam mais ao trabalho de desviar os seus corpos da urina do outro negro; e a resistência das meninas para não urinar no espaço que mal cabiam às pessoas. Há no discurso uma indignação com condição de desumanidade vivenciada por esses povos diaspóricos. Tudo isso, somado à fome, resultava no desejo de morte, no momento, a única válvula de escape.

Também se constituem como traumáticos os eventos ocorridos na estadia no Brasil, como privações das necessidades básicas, trabalho escravo, estupro e gravidez precoce.

- Violência sexual:

O sinhô José Carlos me derrubou na esteira, com um tapa no rosto, e depois pulou em cima de mim com o membro duro e escapando pela abertura da calça, que ele nem se deu ao trabalho de tirar (GONÇALVES, 2010, p. 171)

Como segundo elemento a narrativa apresenta a “Memória e mito coletivos sobre a terra natal” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4). Kehinde chegou ao Brasil com quase sete anos de idade. Por isso, o que conhecia sobre a terra natal era mais fruto da memória da avó e dos outros negros que conheceu na senzala, os quais também eram de outros lugares da África, do que de uma experiência particular de vivência. Desse modo, ela tem uma visão “deslocada” da África, que foi reapropriada, ressituada em outro contexto cultural e nacional, no caso, o contexto brasileiro. Ou seja, trata-se de olhares

fragmentados para constituir a ideia de África. Assim, essa memória coletiva em *Um defeito de cor* parece insinuar a complexidade cultural gerada pelos deslocamentos e encontro de culturas. As identidades culturais que já eram complexas parecem alcançar um grau maior de complexidade.

Essas memórias e mitos coletivos apreendidos por Kehinde parecem ser o motivo do surgimento de “uma idealização do suposto lar ancestral e um compromisso coletivo para sua manutenção, restauração, segurança e prosperidade, e até para sua criação” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4). Se a ideia de nação, como diz Benedict Anderson (2008, p. 32) é “uma comunidade política imaginada e imaginada como sendo intrinsecamente limitada”, a situação de deslocamento e distanciamento da menina Kehinde de sua terra natal permitiu que a sua ideia de África fosse construída a partir de uma segunda imaginação; ou seja, a ideia de nação da protagonista é ainda mais idealizada.

Apesar de apresentar alguns aspectos de assimilação para a protagonista, é possível observar que a narrativa caminha para mostrar que a globalização motivada pela diáspora tem o efeito de reforçar as identidades locais: Kehinde, como outros negros, escondia seus orixás para preservar sua religiosidade e falava suas línguas nativas escondida do homem branco, que exigia o uso do Português em suas terras. Portanto, o romance relativiza as identidades culturais pelo “impacto da compreensão espaço-tempo” (HALL, 1999, p.81). Isso significa dizer que o território, por si só, é insuficiente para marcar a identidade, pois ela está relacionada na narrativa às combinações de “tempo-espaço”.

Outro ponto de destaque é a “forte consciência de grupo étnica sustentada por um longo período e baseada em um senso de distinção, em uma história comum e na crença em um destino comum” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4). A consciência de coletividade da menina Kehinde ocorre quando ela transita da senzala pequena, onde ficavam os criados da “casa grande”, para a senzala grande. É nesse trânsito que a menina percebe o nível de subordinação e desumanidade a que o grupo estava submetido, coisa que a infância e o trabalho mais “leve” da casa grande não permitiam visualizar:

Talvez, se eu tivesse ficado trabalhando apenas na casa-grande e morando na senzala pequena, não teria sabido realmente nada sobre a escravidão e a minha vida não teria tomado o rumo que tomou. Mesmo para uma criança de dez anos, era enorme a diferença entre os dois mundos, como se um não soubesse da existência do outro. Um outro dentro do mesmo, sendo que o de fora, a senzala grande, era muito mais

feio e mais real que o de dentro, a senzala pequena. (GONÇALVES, 2010, p. 111).

É oportuno dizer que a consciência de grupo só foi possível mediante a construção, anterior, de uma consciência individual. E essa também surge depois do trânsito pela sala da casa grande e pelo quarto da sinhazinha. Mas antes é preciso falar que a identidade de Kehinde passou por certas influências do olhar do outro, pois ela tinha uma ideia positiva de si que foi colocada em situação de negatividade:

Desde que olhei nele pela primeira vez, não consegui passar um único dia sem voltar a fazê-lo sempre que surgia uma oportunidade. A Esméria parou na frente dele e me chamou, disse para eu fechar os olhos e imaginar como eu era, com o que parecia, e depois abrir os olhos e o espelho me diria se o que eu tinha imaginado era verdade ou mentira. Eu sabia que eu tinha a pele escura e o cabelo duro e escuro, mas me imaginava parecida com a sinhazinha. Quando abri os olhos, não percebi de imediato que era a minha imagem e da Esméria paradas na nossa frente. Eu já tinha me visto nas águas dos rios e dos lagos, mas não com tanta nitidez. Só depois que deixei de prestar atenção na menina de olhos arregalados que me encarava e vi a Esméria ao lado dela, tal qual a via de verdade, foi que percebi para que servia o espelho... Eu era muito diferente do que imaginava, e durante alguns dias me achei feia, como a Sinhá dizia que todos os pretos eram (GONÇALVES, 2010, p. 85).

A Sinhá é a representação do “discurso redutor”, a voz não autorizada para representar o Outro, a voz Ocidental, eurocêntrica que, na busca por afirmar uma superioridade, anula a diferença dos negros. As ideias de Said em *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente* (2007), em que aborda a questão do Oriente e o Ocidente como rubricas falsamente unificadoras, servem como explicação do discurso da Sinhá de que “todo preto é feio”:

Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo Ocidental para dominar, reestruturar e ter a autoridade sobre o Oriente (SAID, 2007, p. 29).

O rompimento com essa identidade negativa ocasionada da diferença com a menina branca (sinhazinha) a qual a tratava como “um brinquedo obediente, parado” (GONÇALVES, 2010, p. 79) não significou a volta para a identidade anterior, mas a construção de uma nova, pois relaciona padrões de beleza das culturas africanas (provavelmente também deslocada e idealizada) com os padrões de beleza no contexto brasileiro:

E foi assim até o dia em que comecei a me achar bonita também, pensando em um modo diferente e percebendo o quanto era parecida com minha mãe. O espelho passou a ser diversão, e eu ficava longo tempo na frente dele, fazendo caretas e vendo a minha imagem repetidas... Olhando no espelho, eu me achei linda, a menina mais linda do mundo, e prometi que um dia ainda seria forra e teria, além de roupas iguais às das pretas do mercado, muitas outras iguais as da sinhazinha (GONÇALVES, 2010, p. 86-87).

Ao considerar diferentes histórias locais, suas particularidades e relações de poder, a narrativa emerge o pensamento de Walter Mignolo (2003) acerca do “pensamento liminar” e da “dupla crítica”, a qual implica pensar a partir de ambas as tradições, e, ao mesmo tempo, de nenhuma delas; ou seja, sugere uma terceira forma de pensar a identidade. Assim, o “pensamento liminar e essa dupla crítica são as condições necessárias para ‘um outro pensamento’ ... localizado na fronteira da colonialidade do poder no sistema mundial moderno” (MIGNOLO, 2003, p. 103). O terceiro espaço se apresenta como o caminho para pensar as complexidades identitárias. É nele que os elementos culturais são negociados:

O potencial epistemológico do pensamento liminar, de “um outro pensamento”, tem a possibilidade de superar as limitações do pensamento territorial (isto é, a epistemologia monológica da modernidade), cuja vitória foi possibilitada por seu poder de subalternizar o conhecimento localizado fora dos parâmetros das concepções modernas de razão e racionalidade ... uma dupla crítica libera conhecimentos que foram subalternizados, e a liberação desses conhecimentos possibilita “um outro pensamento (MIGNOLO, 2003, p.103).

Como se vê, a importância desse pensamento decorre da superação do pensamento territorial o qual suplantava a ideia de superioridade cultural; é também “potencial” pela abertura para pensar as particularidades de culturas subalternizadas. Esse pensamento parece se afastar da ideia um tanto dicotômica de “dupla consciência” apresentada por Paul Gilroy à luz de Du Bois, que ao invés de falar em uma terceira identidade, apenas se pronuncia acerca do esforço para obter uma primeira e uma segunda identidade que ocasionaria a “dupla consciência”:

Esforçar-se por ser ao mesmo tempo europeu e negro requer algumas formas específicas de dupla consciência. Ao dizer isso não pretendo sugerir que assumir uma ou ambas as identidades inacabadas esvazie necessariamente os recursos subjetivos de um determinado indivíduo (GILROY, Paul, 2001, p. 33).

Apesar dos modestos sinais de absorção da cultura brasileira, já apresentados anteriormente, quando foi tratado da consciência étnica individual, é possível dizer que Kehinde também apresenta “uma relação conturbada com a sociedade anfitriã, sugerindo uma falta de aceitação” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4), visível na narrativa, especialmente, no ato de negação do seu nome cristão, Luiza. A menina não se vê como Luiza, nem quer ser chamada como tal. Isso ocorre porque seu nome era um dos elementos que ainda a ligava à tradição africana. Manter seu nome iorubá era tornar presentes os elementos culturais ausentes:

Quando eu disse que me chamava Kehinde, o nosso dono pareceu ficar bravo, e um dos empregados perguntou novamente, em iorubá, que nome tinha me dado no batismo. Eu repeti que meu nome era Kehinde... Para os brancos fiquei sendo Luísa, Luísa da Gama, mas sempre me considerei Kehinde (GONÇALVES, 2010, p. 72-73).

A sexta característica da lista é a apresentação de “um senso de empatia e solidariedade com membros de mesma etnia em outros países de assentamento” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4). Convivendo na senzala grande com outras crianças, como a menina Felicidade, Kehinde dividiu estrada, esteira, trabalho e a comida que ganhava de Esméria, “roubada” da casa grande, além de partilhar histórias semelhantes, histórias marcadas por perdas e ausências. E, mesmo em situações limite, o que mais se destacava entre elas era a solidariedade com o outro:

Esméria apareceu para me ver e dar um longo abraço com os olhos cheios de lágrimas, e comentou que eu estava emagrecendo. Desde então, era comum encontrar me esperando na baía alguns pães e bolo, ou mesmo leite, que a Esméria sabia que eu gosto, e que eu sempre dividia com as minhas companheiras. Foi assim que ganhei a confiança e a consideração da Felicidade, que tinha treze anos e nascera na fazenda mesmo, não sabia quem era seu pai e sua mãe tinha morrido quando ela estava com sete anos, a mesma idade que eu perdi minha (GONÇALVES, 2010, p. 118).

Por último observa-se também, na narrativa, “a possibilidade de uma vida peculiar, até mesmo enriquecedora e criativa, nos países anfitriões com uma tolerância para o pluralismo” (BRAGA e GONÇALVES, 2015, p. 4). Kehinde não se recusa ser integrada, mas também está determinada a “situar-se fora do espaço, de construir um lugar próprio, diferente do lugar em que os outros à volta se inserem” (BAUMAN, 2001, p. 238), um lugar diferente do lugar de origem e diferente do que está.

A tolerância ao pluralismo é sentida principalmente com a assimilação da língua portuguesa: “Eu achava a língua bonita e já entendia muitas palavras, faltando apenas a

pronunciá-las direito” (GONÇALVES, 2010, p. 77); com a apropriação da escrita: “fiquei feliz por poder assistir às aulas na qualidade de acompanhante da sinhazinha, e tratei de aproveitar muito bem a oportunidade” (GONÇALVES, 2010, p. 92); Aprendeu também a comer com talheres (p. 79), a brincar com bonecas ocidentais e a rezar aos santos cristãos. Ou seja, a menina não se incomodou em apreender alguns elementos culturais que de algum modo foram determinantes em seu processo de libertação, o qual só ocorreu na vida adulta.

Já no navio, Kehinde começa a entrar em contato com outras culturas: “Todos os dias chegava mais gente capturada em muitos lugares da África, falando línguas diferentes e dando várias versões sobre o nosso destino” (GONÇALVES, 2010, p. 38). Desse modo, o tipo de cultura de que a protagonista “participa não é a cultura de um determinado lugar, mas a de um tempo”. (BAUMAN, 1999, p. 99). As identidades locais/nacionais parecem declinar para dar lugar a novas identidades - Híbridas (HALL, 1999, p. 69). O hibridismo começa motivado pela interferência do colonizador, mas não é a cultura dele que exerce a primeira influência nas culturas negras, é a interação no navio que oportunizou as primeiras trocas. Portanto, é no navio que já começa a dificuldade de “conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 1999, p. 69). Assim, a cada deslocamento da menina, verifica-se um movimento de infiltração de elementos globais nas identidades locais e, ao mesmo tempo, o local se manifesta e se reconfigura para buscar afirmação.

A protagonista é confrontada com uma série de identidades, e dessa tensão entre o global (religião cristã/ europeia) e os locais (Orixás, herança de Savalu e os apreendidos através dos outros negros, os quais iam de religiões iorubas à islâmica) surge uma nova identidade. A globalização no navio negreiro não destrói as identidades nacionais, mas produz “simultaneamente, novas identidades ‘globais’ e novas identidades ‘locais’” (HALL, 1999, p. 78). Nesse sentido, temos a configuração daquilo que Duarte (1998) chama de sociedade paradoxal. As personagens vivem o paradoxo de estarem envolvidas num amálgama informacional global, mas que traz potencialmente a possibilidade de realizarem manifestações localizadas. “O paradoxo está em, apesar de aparentemente antagônicos, cada um deles gerar o movimento de transformação do outro” (DUARTE, 1998, p. 34). Esse olhar para a obra permite o vislumbre da interação das características globais e locais como elemento fomentador da dinâmica do mundo contemporâneo:

Poderemos concordar com a opinião de que talvez o que esteja ocorrendo seja o rompimento com a ideia de um centro hegemônico. O que vemos hoje no cenário mundial é a efetivação de uma multiplicidade de centros, com características políticas, econômicas, culturais que assumem posições cambiáveis. São posturas distintas que buscam se manifestar e agir numa pluridimensionalidade espacial e temporal (DUARTE, 1998, p.14-15).

As identidades das personagens podem ser compreendidas a partir da ideia do “eu multifacetado, que lida com os valores globais ao mesmo tempo em que carrega valores da sua cultura de origem” (DUARTE, 1998, p. 44), pois sua base não provém de um centro, mas de múltiplos centros. Assim, cada uma assume postura cambiável, a “dinâmica global integra as diferenças locais transformando-as e sendo por elas transformada” (DUARTE, 1998, p. 44). A ideia de supremacia, estabilidade, unicidade identitária é, portanto, descartada.

De tal modo o romance de Ana Maria Gonçalves desconstrói a ideia Ocidental de que a África seja um continente “‘fechados’ – etnicamente puros, culturalmente tradicionais e intocados até ontem pelas rupturas da modernidade – é uma fantasia ocidental sobre a ‘alteridade’” (HALL, 1999, p. 80). E isso se estende à compreensão da formação do povo brasileiro.

Infância: O mito da raiz

Ao versar sobre a história da representação da infância vislumbra-se o mito pronunciado pelo poeta inglês Willian Wordsworth (1770-1850): “a criança é pai do homem”. Na literatura brasileira esse mito é reproduzido por Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (2002, p.32). O mito de que o menino explica o homem traz à tona as ideias românticas de infância; aquelas que dão à criança função simbólica de ser a fonte da excelência humana; sempre relacionada à harmonia, à origem, ao nativo, à raiz, enfim, à base da identidade do adulto (PLOTZ, 2000).

No entanto, as análises aqui efetuadas do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, possibilitam falar em rompimento com essa idealização romântica de infância. Na narrativa em questão, a representação de personagens infantis não segue o modelo romântico de uma infância relacionada ao mito da origem e raiz. A infância enquanto categoria idealizada dos românticos, alicerçada na pureza não é seguida na narrativa de Ana Maria Gonçalves. O romance apresenta uma infância em deslocamento, a diáspora africana no Brasil, símbolo do desraizamento; ou seja, instabilidade, a não pureza identitária. A harmonia passa ao largo; em contrapartida, surge o híbrido.

O deslocamento das personagens infantis aponta para o rompimento da sequência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência, conseqüentemente rompe também com o poder do território para determinar a identidade. Imprime-se na narrativa o repúdio à ideia de uma identidade enraizada, supostamente autêntica, natural e estável. Logo, os trânsitos das crianças estabelecem uma nova topografia de identidade que desconsidera as estruturas e os pressupostos do Estado-nação e redefine as formas de ligação e identificação no tempo e no espaço, construindo-se um sentimento de desterritorialização da cultura em oposição à ideia de uma cultura territorial fechada e codificada no corpo:

Abole o pensamento romântico de inspiração nacionalista que tem a África como origem de uma cultura negra pura, mostrando que as culturas negras na África e na diáspora nunca viveram hermeticamente fechadas em si mesmas e nem são grupos homogêneos sem divisões internas de gênero e classe. (GILROY, Paul, 2001, p.166)

As conclusões sobre a infância em *Um defeito de cor* não se encerram por aí, pois a representação dessas personagens desligada de uma ideia de raiz e pureza é apenas o início de uma discussão que merece ser ampliada, por exemplo, para pensa-la como metáfora de uma estética “fraturada” no romance *Um defeito de cor*; pensar a ideia dessa literatura brasileira, conforme diz Pedro Duarte (2013), como uma dialética entre o local e o cosmopolitismo, ideias fora do lugar e, antes disso, um entre-lugar. Localizada entre o sacrifício e o jogo, entre a obediência e a expressão, no espaço aparentemente vazio, no lugar de clandestinidade. Enfim uma literatura afro-brasileira em busca de um terceiro espaço, uma literatura criada a partir de um pensamento deslocado, descentrado.

Referências

ANDERSON, Benedict. Introdução; Raízes culturais. In: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 28ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Turistas e Vagabundos. In: __ *Globalização: As conseqüências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: J Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. Posfácio. In: __ *Modernidade Líquida*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAGA, Cláudio Roberto Vieira; GONÇALVES, Gláucia Renate. Diáspora: Um conceito deslizando. In: __ *A diáspora na obra de Karen Tei Yamashita: Estado-nação, sujeito e espaços literários diaspóricos*. 2015. P. 1-15. (em fase de publicação).

DUARTE, Fábio. *Global e Local no mundo contemporâneo: integração e conflito em escala global*. São Paulo: Moderna, 1998.

DUARTE, Pedro. Dois momentos para a crítica literária brasileira: Antonio Candido, Silviano Santiago e o Modernismo. In: __ *Crítica Literária Contemporânea*. Organização de Alan Flávio Viola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2010.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

HALL, Stuart. Globalização. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PLOTZ, Judith. Romantismo, infância e os paradoxos do desenvolvimento humano. In: *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. KOHAN, Walter Omar e KENNEDY, David (Organizadores). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 – (série filosofia e criança; v. 3).